



77
1

049

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0192169-1

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADA: Maria Lúcia da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

5524

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. COMPANHEIRA. EVIDÊNCIAS CONCRETAS INDICATIVAS DE CONSTÂNCIA DA UNIÃO ESTÁVEL. 1. A questão de fundo versa sobre a percepção de pensão por morte de servidor público estadual, por quem se afirma companheira em regime de união estável. 3. Seguindo a máxima romana *tempus regit actum*, a lei vigente na data do fato gerador do benefício (*in casu*, a data do óbito do instituidor) é a que rege os termos de sua concessão. 4. No caso em exame, o óbito do ex-segurado ocorreu em 28 de setembro de 2008, regendo-se a matéria pelo art. 27, I, e § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000. 5. A companheira em regime de união estável detém, em linha de princípio, a qualidade de dependente de seu falecido companheiro. 6. Na hipótese vertente, há evidências concretas indicativas da constância da união estável (asseverada pela agravada e exigida pelo art. 27, I, da LC 28/00) mantida entre o *de cujus* e a Sra. Maria Lúcia da Silva, até a data do óbito do ex-segurado (em 2008), conforme se depreende dos comprovantes de residência acostados às fls. 32 e 33 dos autos (conta de água - COMPESA - e de energia elétrica - CELPE). 7. Nesse contexto, observou-se que a alegada divergência entre o endereço constante da certidão de óbito do ex-segurado e o contido nos comprovantes de residência supramencionados restou suficientemente esclarecida pela 'declaração' acostada pela impetrante/agravada (fls. 36). 8. Depreende-se, também, do documento acostado às fls. 38 (Declaração de Imposto de Renda do exercício de 1993), que a agravada era cadastrada, junto com os filhos do casal, como dependente do ex-segurado, inclusão esta efetuada por vontade própria do *de cujus*. 9. Agravo de Instrumento improvido, em ordem a manter a decisão de primeiro grau que assegurou à agravada a percepção de pensão por morte do ex-servidor José Delmiro da Silva.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0192169-1, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 20 de *junho* de 2010 (data do julgamento).

[Assinatura]
Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

050

69

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0192169-1

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado
de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADA: Maria Lúcia da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo de Instrumento**, com pedido de atribuição de **efeito suspensivo**, ajuizado pela **FUNAPE** em face de decisão interlocutória proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que, nos autos do **Mandado de Segurança nº 001.2009.1.18866-1**, concedeu a liminar (fls. 47) pleiteada pela impetrante, ora agravada, em ordem a determinar *"o imediato pagamento dos valores referentes à pensão a que faz jus a impetrante, notificando-se a autoridade indigitada para o cumprimento da decisão, como também para prestar as informações de estilo, caso o deseje."*

No *mandamus* em tela, a impetrante/agravada, companheira de ex-segurado da FUNAPE, falecido em 28.09.2008 (fls.21), pleiteia a percepção do benefício de pensão por morte, uma vez que tal pleito restou indeferido administrativamente (fls.41/44).

Aduz que conviveu maritalmente com o ex-segurado por mais de 41 (quarenta e um) anos, resultando desta união o nascimento de 08 (oito) filhos (fls. 22/30), dele dependendo economicamente (fls. 38), e com ele permanecendo sob o mesmo teto até a data de seu falecimento (fls. 32/33), razão pela qual entende fazer jus ao referido benefício.

Em sede administrativa, a Fundação agravante indeferiu o pleito de pensionamento em foco (fls.41/44) ante a ausência da documentação necessária à comprovação da convivência marital da requerente com o ex-segurado até a data de seu óbito, nos termos constantes do art. 27, I, e § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000) e do art. 21, inciso V, alíneas "e" a "r", da Instrução Normativa FUNAPE Nº 001/2006.

Em suas razões recursais (fls. 02/06), arguiu a FUNAPE: (i) a ausência de prova pré-constituída, eis que não restaria comprovada pela impetrante/agravada a constância da união estável por ela mantida com o ex-segurado até a data do óbito do mesmo, nos termos constantes do art. 27, I, da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000, e do art. 1º, § 2º, da Instrução Normativa da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

FUNAPE Nº 001/2006; (ii) a divergência entre os endereços constantes na certidão de óbito do ex-servidor e nas contas de energia elétrica e água acostadas aos autos, o que tornaria controvertida a coabitação entre o casal; razões pelas quais (iii) inexistiria direito líquido e certo a ensejar a impetração do presente *mandamus*; (iv) o cabimento do presente agravo na forma instrumental, por enfrentar decisão manifestamente capaz de causar lesão grave e de difícil ou incerta reparação à recorrente; e (v) a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso.

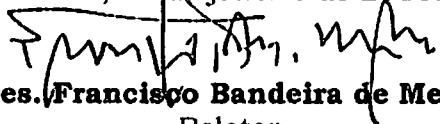
Decorreu *in albis* o prazo para apresentação de contra-razões (fls. 58).

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou (fls.66) pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 14 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

74
1
052

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0192169-1

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado
de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADA: Maria Lúcia da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

De proêmio, anoto que o fato gerador do benefício de pensão por morte é o óbito do seu instituidor.

Assim, o regramento para a concessão da pensão por morte deve ser o previsto na legislação vigente à época da ocorrência do fato gerador, em atendimento ao princípio *tempus regit actum*.

Verifico, segundo a documentação acostada aos autos, que o óbito do ex-segurado se deu em 28.09.2008 (fls.21), razão pela qual a legislação de regência no caso em exame é a Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000), que veio a ser posteriormente atualizada pelas Leis Complementares nºs. 029, de 22/01/2000; 030, de 02/01/2001; 041, de 26/12/2001; 043, de 02/05/2002; 048, de 27/01/2003; 056, de 30/12/2003; 058, de 02/07/2004; 063, de 15/12/2004; 064, de 20/12/2004; 069, de 25/01/2005; 079, de 18/11/2005; 081, de 20/12/2005; e 085, de 31/03/2006.

A LC nº 28/00 assim regulamentava a matéria:

"Art.27- Serão dependentes dos segurados:

I - o cônjuge ou o companheiro, na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;

(...)

§2º Para efeito do disposto no inciso I, deste artigo, é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. (Alterado pela Lei Complementar nº 056, de 30/12/2003).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

053

Conforme antedito, pleiteou a impetrante/agravada a sua habilitação junto à FUNAPE, como beneficiária de pensão previdenciária de seu ex-companheiro e ex-segurado José Delmiro da Silva, com quem alega ter convivido maritalmente por mais de 41 (quarenta e um) anos, resultando desta união o nascimento de 08 (oito) filhos, todos maiores e um já falecido (fls. 22/30).

O referido pleito restou indeferido administrativamente (fls.41/44) ante a ausência da documentação necessária à comprovação da convivência marital da requerente com o ex-segurado até a data de seu óbito, nos termos constantes do art. 27, I, e § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000) e do art. 21, inciso V, alíneas "e" a "r", da Instrução Normativa FUNAPE Nº 001/2006.

Pois bem.

É certo que a companheira de união estável detém, em linha de princípio, a qualidade de dependente de seu falecido companheiro.

No caso dos autos, há evidências concretas indicativas da constância da união estável (asseverada pela agravada e exigida pelo art. 27, I, da LC 28/00) mantida entre o *de cujus* e a Sra. Maria Lúcia da Silva, até a data do óbito do ex-segurado (em 2008), conforme se depreende dos comprovantes de residência acostados às fls. 32 e 33 dos autos (conta de água - COMPESA - e de energia elétrica - CELPE).

Nesse contexto, observo que a alegada divergência entre o endereço constante da certidão de óbito do ex-segurado (fls. 21) e o contido nos comprovantes de residência supramencionados restou suficientemente esclarecida pela 'declaração' acostada pela impetrante/agravada (fls. 36).

Depreende-se, também, do documento acostado às fls. 38 (Declaração de Imposto de Renda do exercício de 1993), que a agravada era cadastrada, junto com os filhos do casal, como dependente do ex-segurado, inclusão esta efetuada por vontade própria do *de cujus*.

Assim, tenho por caracterizada a relevância da fundamentação suficiente à concessão da liminar *initio litis* (sendo clamoroso o *periculum in mora*).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

054

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente **agravo de instrumento**, em ordem a assegurar à agravada a percepção de pensão por morte do ex-servidor José Delmiro da Silva, nos termos do *decisum* de primeiro grau.

É como voto.

Recife, ²⁰ de ^{junho} de 2010.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator